



IMAGENS SOCIAIS SOBRE FAMÍLIAS COM FILHOS EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Naiana Dapieve Patias¹

Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Southern College (IMED, Passo Fundo, RS), Brazil

Narjara Mendes Garcia

Federal University of Rio Grande (FURG), Brazil

Débora Dalbosco Dell'Aglio

Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Brazil

RESUMO

Este trabalho investigou as imagens sociais sobre famílias com filhos em acolhimento institucional. Participaram 243 pessoas, entre 16 e 80 anos ($M=35,50$, $DP=12,64$), selecionadas por conveniência em diferentes cidades do Rio Grande do Sul, sendo que 67% delas já tiveram ou têm contato com jovens em vulnerabilidade. O questionário utilizado apresenta 26 palavras de valência negativa e positiva, e o participante responde o quanto considera que cada característica descreve as famílias investigadas. Os resultados indicaram que as famílias com filhos institucionalizados são descritas predominantemente com características negativas: desestruturada, carente, afetada por drogas, despreparada; especialmente por pessoas que têm ou já tiveram contato com essa população. Destaca-se a importância de políticas públicas de formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com famílias em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave

Imagens sociais; Famílias; Instituição de acolhimento

ABSTRACT

This study investigated the social images of families with children in residential care. The participants were 243 people, between 16 and 80 years old ($M=35.50$, $SD=12.64$), selected by convenience in different cities of Rio Grande do Sul. In this group, 67% of them already had or have contact with young vulnerable people. The questionnaire has 26 words of positive and negative valence, and the participant responds how each trait describes the investigated families. The results indicated that families with institutionalized children are described with predominantly negative features: unstructured, needy, affected by drugs, unprepared; especially for people who have or have had contact with this population. The importance of public policies for ongoing training of professionals who work directly with families in vulnerable situations is highlighted.

Key words

Social images; Families; Shelter institution

¹ Correspondence about this article should be address to Naiana Dapieve Patias, E-mail: naipatias@hotmail.com.

Ao longo dos anos, vários estudos foram realizados com intuito de compreender as dimensões estrutural, funcional, relacional e simbólica que envolvem o contexto familiar e suas influências para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, adultos e idosos (Amaro, 2014). De forma geral, as investigações apresentam diversos ensaios de compreensão e definição do que se constitui o ser e estar em família, embora esse ainda seja um tema controverso.

As tentativas de definições sobre os modos de vida em família não são um privilégio do campo científico. Seja no cotidiano familiar ou nas relações comunitárias e institucionais, leigos ou profissionais, todos formulam e reformulam ideias sobre família a partir do repertório experiencial e do conhecimento construído nos processos interacionais vivenciados. Os significados produzidos sobre família, seja no campo científico ou a partir das ideias sociais, evidenciam muitas polêmicas e divergências, em meio às discussões sobre a importância das relações familiares e as situações de vulnerabilidade vivenciadas por determinados grupos sociais. De fato, estudos recentes têm apontado a dificuldade ou inexistência de um conceito único e de uma estrutura concreta que defina família devido às influências culturais e aos diversos processos gerados nas interações humanas e contextuais (Amaro, 2014; Fonseca, 2005; Singly, 2007). Segundo De Antoni, Baroni e Koller (2007), a ideia de família na atualidade se diferencia do conceito tradicional, que foi sempre voltado apenas para a presença dos laços consanguíneos e hereditários. A família contemporânea está relacionada muito mais ao sentimento de pertencimento e aos laços afetivos que predominam nas relações intrafamiliares.

Alguns elementos culturais da contemporaneidade serviram como mobilizadores das mudanças no interior da família, como: a inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle da fecundidade por meio da contracepção, aumento no número de divórcios, uniões livres e recomposições familiares, uniões tardias (Singly, 2007). Alguns destes elementos se contrapõem às ideias disseminadas na modernidade e existente ainda hoje no imaginário social sobre o funcionamento “normal” do contexto familiar. Diante disso, no senso comum tem emergido um sentimento de crise em relação à família contemporânea, evidenciando-a, muitas vezes, como “desestruturada” ou “disfuncional”, por não se enquadrar nos modelos até então vigentes.

As atitudes e posturas diante das famílias são influenciadas pelas ideologias, valores, crenças e sentimentos em relação a essa população específica (Cozzarelli, Wilkinson, & Tagler, 2001). Os diferentes atores sociais constroem crenças e estereótipos sobre os diversos grupos familiares. As imagens sociais são crenças e ideias partilhadas acerca de determinados grupos sociais. Estas imagens são construídas a partir da percepção de fatores ou características que podem ser atribuídos como as causas para as situações de bem-estar e vulnerabilidade nas famílias. Já os estereótipos são imagens sociais negativas associadas a determinadas pessoas ou grupos, que geralmente, trazem consequências para o grupo estigmatizado (Domingues, 2013; Goffman, 1988).

Tais estereótipos sobre família são fortalecidos quando se trata de famílias em situação de pobreza. Embora na contemporaneidade todos os grupos sociais encontrem-se de certa forma vulneráveis, há uma crença que afirma que a família de baixa renda está mais exposta às situações de vulnerabilidade (Nascimento, 2012). É fato que as famílias pobres não correspondem ao modelo “ideal” – se é que existe um ideal, no entanto, isso não significa que estejam desorganizadas, mas sim, organizadas a seu modo, de acordo com suas necessidades (Brito, Rosa, & Trindade, 2014; Yunes, Garcia & Albuquerque, 2007).

De acordo com Cozzarelli et al. (2001), os estereótipos estão correlacionados com o que as pessoas pensam ou atribuem como causas da situação de pobreza. As causas da vulnerabilidade das famílias diante da pobreza, segundo os autores, podem ser relacionadas a fatores internos (indicadores pessoais como falta de esforço de gestão adequada e de motivação diante das situações de adversidade), a fatores externos (indicadores sociais como ausência de suporte social, discriminação, exploração, desemprego) e a fatores culturais ou “fatalistas” (indicadores relacionados a um modo específico de vida de determinada população como a desagregação familiar, desvalorização da escolarização, instabilidade profissional, ou, ainda, nascer com baixo QI, vivenciar situações de tragédia, violência ou doença familiar). Dessa forma, segundo os autores, a atribuição de causalidade à pobreza influencia a forma como as pessoas percebem as famílias pobres. A percepção sobre estas famílias influencia as atitudes e comportamentos diante do grupo (Cozzarelli et al., 2001). As imagens sociais inserem-se no campo das atitudes que influenciam o comportamento diante de tais grupos estigmatizados.

As imagens sociais negativas sobre as famílias em situação socioeconômica desfavorável seguem um modelo que aponta a pobreza como a causa de todos os problemas familiares, opondo-se às classes médias,



na qual não haveria conflitos ou esses ocorreriam em menor grau. De acordo com Bullock (1999), as atribuições das imagens sociais negativas à situação de pobreza podem estar relacionadas, em parte, com o sentimento e defesa de estereótipos classistas, em que as situações de vulnerabilidade são caracterizadas como pertencente às pessoas de baixa renda, imersas em uma cultura da pobreza. Segundo Silveira e Yunes (2010), as práticas profissionais com famílias de baixa renda são influenciadas por concepções pessimistas como “deseestrutura”, “carência”, “violência”, etc. Tais imagens vinculam-se a aspectos negativos ou impossibilidades das famílias em situação de pobreza, tendo impacto no atendimento e nas interações entre os profissionais e as famílias, operando de forma efetiva na maneira como conduzem as intervenções. Dessa forma, essas imagens negativas devem ser debatidas e vislumbradas pelas políticas públicas e também na formação dos profissionais que atuam na área.

A família promotora de fatores de proteção e desenvolvimento saudável não se configura como uma realidade para todas as crianças e adolescentes, devido aos atravessamentos que transcendem os seus limites e possibilidades de enfrentamento dos riscos (Scheinvar, 2006). É fato que os inúmeros fatores de risco vivenciados no contexto familiar podem expor crianças e adolescentes a situações como a negligência, agressão física, violência psicológica e/ou abuso sexual que, somadas às dificuldades socioeconômicas, podem levar à inserção das crianças em instituições de acolhimento. Ao analisar as situações adversas com um olhar ecológico-sistêmico, não se pode culpabilizar somente a família pelas situações de adversidade vivenciadas, pois esta sofre influências de muitos mecanismos de risco gerados por condições sociais desfavoráveis (Vasconcelos, Yunes, & Garcia, 2009).

De fato, as situações adversas enfrentadas pelas famílias estão associadas ao contexto de risco em que estão inseridas. Este contexto pode ser caracterizado pelo histórico de abandono, violência, desorganização familiar, dificuldades financeiras, dependência das instituições e ausência da rede de apoio social. De acordo com Costa e Penso (2014), a vida de famílias de baixa renda se organiza de forma bem diferente devido aos fatores internos e externos que influenciam as dinâmicas familiares e o ciclo vital nestes grupos. Os fatores de risco contextuais existentes no cotidiano de famílias em situação de pobreza aumentam o estresse e a demanda por enfrentamento dos problemas, o que torna a convivência e as interações familiares um desafio constante.

Quando se trata de famílias com filhos em instituição de acolhimento, fatores como o contexto de risco, escassez de recursos financeiros e dificuldades no cuidado e educação das crianças e adolescentes, podem ser agravados por imagens negativas de insucesso e incapacidade. Estas imagens sociais negativas podem gerar um sentimento de culpabilização e diminuição das possibilidades de recuperação e superação dos problemas que atravessam o cotidiano destes grupos. As imagens e os padrões produzidos sobre modos de organização e estrutura familiar conduzem a discursos normativos que, por vezes, geram a sensação de incompetência das famílias (Brito, Rosa, & Trindade, 2014; Silveira & Yunes, 2010). De acordo com Martins (2014), as famílias são alvo de preconceitos de diferentes setores sociais, o que inclui a mídia e os serviços de atendimento.

Durante muito tempo, na história da institucionalização de crianças e adolescentes, a pobreza foi adotada como uma das principais justificativas para retirada dos filhos de suas famílias. No entanto, de acordo com a legislação vigente no Brasil, há a garantia do direito à convivência familiar mesmo com a falta de recursos financeiros e materiais, sendo que a pobreza não pode servir como justificativa para o acolhimento institucional. Mas os estereótipos sociais produzidos sobre as famílias que possuem filhos em instituições de acolhimento podem prejudicar as interações dos profissionais com esses grupos, prevalecendo as imagens sobre os riscos vivenciados e diminuindo as possibilidades de vislumbrar as potencialidades de superação das adversidades. No que tange às relações sociais, esses estereótipos podem influenciar negativamente também o desenvolvimento e dificultar a integração comunitária de crianças e jovens em situação de acolhimento institucional, que recebem como estigma as imagens negativas associadas às suas famílias de origem.

Diante destas constatações, este estudo teve como objetivo identificar e comparar as imagens sociais que caracterizam as famílias que possuem um ou mais filhos vivendo em instituições de acolhimento, na perspectiva de pessoas que tiveram ou têm contato com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoas que não têm ou nunca tiveram contato com essa população.

Ter ou não contato com crianças e/ou jovens em situação de vulnerabilidade é considerado um fator relevante para este estudo, pois em uma análise sistêmica as experiências e interações promovidas nos contextos proximais podem gerar aprendizagens e desenvolvimento para os sujeitos em interação (Bronfenbrenner, 1996). Assim, diante desta perspectiva, pessoas que tiveram ou têm contato com jovens em situação de vulnerabilidade conhecem mais a realidade e as dinâmicas de vida destes grupos. Em contraponto, o fato da pessoa não ter contato com jovens em situação de vulnerabilidade pode gerar uma ideia a partir de um estereótipo transmitido socialmente por terceiros, como a mídia ou outros meios de informação.

Método

Este estudo faz parte de um trabalho maior vinculado ao projeto de pesquisa “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados”, desenvolvido pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). O objetivo geral do projeto é investigar questões relativas às imagens sociais vinculadas às crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional e de suas famílias.

Participantes

Participaram deste estudo 243 pessoas, com idades entre 16 e 80 anos ($M=35,50$, $DP=12,64$), a maioria do sexo feminino (84%), solteiro (50%), com curso superior (48%) ou pós-graduação (32%), sendo que 20% deles trabalhavam nas áreas de Psicologia, 10% no Serviço Social e 7% na Pedagogia. Destes, 162 (67%) tiveram ou têm contato direto com jovens em situação de vulnerabilidade e 64 (26%) afirmaram que não têm contato e nunca tiveram contato com esses jovens. Os participantes eram residentes de diferentes municípios do Rio Grande do Sul, no Brasil, sendo a maioria da cidade de Rio Grande (27%), seguido de Porto Alegre (24%) e Santa Maria (20%), entre outros.

Instrumento

O questionário utilizado nesse estudo foi construído a partir dos dados coletados na Etapa 1 da pesquisa, na qual foi realizado um levantamento das palavras mais frequentes utilizadas para descrever jovens (em situação de acolhimento e “típicos” que moravam com suas famílias), famílias (de nível socioeconômico baixo e nível socioeconômico médio) e instituições de acolhimento. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1994) e da categorização das palavras atribuídas a famílias, jovens e instituições, foi elaborado um questionário fechado de auto relato com as palavras mais frequentes identificadas no questionário aberto. Dessa forma, o questionário utilizado para este estudo é composto por 26 palavras de valência tanto negativas quanto positivas, no qual o participante responde em uma escala *likert* de cinco pontos (1- Nada a 5- Totalmente), o quanto considera que as características descrevem uma família típica brasileira e uma família com um ou mais filhos em instituições de acolhimento. O instrumento também investiga informações sociodemográficas, como idade, sexo, escolaridade, estado civil e renda; informações sobre a área de trabalho: saúde, educação, assistência social e/ou justiça; além de verificar se os participantes do estudo têm/tiveram contato com crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade.

Procedimentos e Considerações Éticas

O projeto de pesquisa do qual este estudo faz parte, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (parecer nº 420.578). Os participantes foram acessados por conveniência, nas diferentes cidades participantes do estudo, em instituições de acolhimento e em locais de circulação pública. Foram apresentados os objetivos do estudo, a voluntariedade da participação, a garantia de sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Os participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Análise dos dados

Foram realizadas análises estatísticas descritivas e inferenciais, observando-se as variáveis sociodemográficas dos participantes. Foram analisadas as médias e desvios padrão de cada palavra apresentada no questionário. Após isso, realizou-se teste *t de student* para amostras independentes a fim de verificar diferenças de médias, em cada atributo, considerando os grupos de participantes com ou sem o contato com jovens em situação de vulnerabilidade.



Resultados

Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1

Médias e desvios-padrão dos atributos por grupo (com contato e sem contato com jovens em situação de vulnerabilidade)

Atributo	Com contato		Sem contato		<i>t</i>	<i>p</i>
	M	DP	M	DP		
Acomodada	3,56	0,93	3,07	1,00	-3,43	0,001
Afetada por drogas	3,84	0,72	3,46	0,79	-3,43	0,001
Agressiva	3,50	0,77	3,38	0,78	-1,05	0,29
Amorosa	2,43	0,63	2,33	0,83	-0,96	0,34
Batalhadora	2,55	0,78	2,75	0,92	1,68	0,09
Carente	3,86	0,87	3,74	0,91	-0,90	0,37
Desempregada	3,65	0,71	3,36	0,68	-2,72	0,007
Desestruturada	3,99	0,83	3,79	1,08	-1,30	0,20
Despreparada	3,82	0,87	3,84	0,88	0,75	0,93
Educada	2,40	0,70	2,61	0,84	0,10	0,07
Escolaridade baixa	3,59	1,03	3,43	0,92	0,50	0,28
Equilibrada	1,99	0,63	1,95	0,67	0,42	0,66
Estável financeiramente	1,91	0,71	1,95	0,64	0,43	0,69
Estruturada	1,80	0,70	2,00	0,98	0,15	0,09
Feliz	2,23	0,68	2,21	0,82	-0,19	0,85
Forte	2,31	0,87	2,43	1,01	0,83	0,41
Honesta	2,77	0,64	2,95	0,64	1,89	0,60
Insegura	3,53	0,92	3,51	0,85	-0,18	0,86
Negligente	3,74	0,88	3,43	0,85	-2,38	0,02
Pobre	3,57	0,78	3,36	0,73	-1,81	0,07
Religiosa	2,68	0,79	2,80	1,01	0,98	0,33
Responsável	2,08	0,77	2,33	0,81	2,06	0,04
Saudável	2,19	0,69	2,36	0,71	1,58	0,11
Sem valores	3,02	0,92	2,90	1,01	-0,82	0,41
Trabalhadora	2,69	0,66	2,98	0,81	2,71	0,007
Triste	3,24	0,84	3,44	0,99	1,41	0,16

Através da análise das médias, foi possível perceber que os atributos considerados negativos são os que melhor descrevem, na percepção das pessoas com e sem contato com esses jovens, as famílias que possuem um ou mais filhos em instituições de acolhimento. Por exemplo, observou-se que, em relação às pessoas que já tiveram ou têm contato com essas crianças e jovens, as maiores médias, ou seja, as características que melhor descrevem as famílias com filhos em instituições de acolhimento, correspondem aos atributos: (a) desestruturada, (b) carente, (c) afetada por drogas e (d) despreparada. Já no grupo das pessoas que não têm ou nunca tiveram contato com crianças ou jovens em situação de vulnerabilidade, as maiores médias para as famílias correspondem aos atributos (a) despreparada, (b) desestruturada, (c) carente e (d) insegura. Apenas foi observada diferença significativa, entre os grupos, no atributo afetada por drogas, sendo que o grupo das pessoas com contato possui maior média, o que significa que estes consideram que o

atributo em questão caracteriza mais as famílias, quando comparados às pessoas que não possuem contato com os jovens. Os atributos descritos por ambos os grupos de participantes, apontam para imagens negativas sobre essas famílias.

Em contraposição, os atributos que menos caracterizam as famílias com filhos em instituições de acolhimento, na percepção de pessoas com contato com os jovens vulneráveis foram: (a) estruturada, (b) estável financeiramente, (c) equilibrada e (d) responsável. No grupo das pessoas sem contato com os jovens, os atributos que menos caracterizam as famílias, foram: (a) estável financeiramente, (b) equilibrada, (c) estruturada e (d) feliz. Apenas em um dos atributos positivos houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos: responsável, sendo que as pessoas com contato apresentaram média mais baixa. Estes resultados indicam que, na percepção das pessoas em geral, com ou sem contato com jovens em situação de vulnerabilidade, atributos positivos pouco caracterizam as famílias mencionadas.

Além disso, foram observadas diferenças estatisticamente significativas na comparação entre pessoas com e sem contato com os jovens em situação de vulnerabilidade, nos atributos: acomodada, afetada por drogas, desempregada, negligente, trabalhadora e responsável. As pessoas com contato obtiveram médias superiores em relação a todos os atributos negativos e inferiores em relação ao atributo positivo trabalhadora e responsável. Este aspecto sugere que, na comparação das médias entre os grupos, os atributos negativos são mais atribuídos às famílias mencionadas pelas pessoas com contato do que por pessoas sem o contato com os jovens em situação de vulnerabilidade.

Discussão

No geral, os resultados desta pesquisa evidenciam que as famílias com filhos em instituição de acolhimento são caracterizadas por imagens sociais negativas. De acordo com ambos os grupos dos participantes da pesquisa – os que possuem ou já tiveram contato e os que não têm e nunca tiveram contato com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social -, essas famílias são descritas como “desestruturada”, “carente”, “afetada por drogas”, “despreparada” e “insegura”. Em oposição, os atributos que menos descrevem essas famílias, são aqueles considerados por ambos os grupos, como positivos: “estruturada”, “estável financeiramente”, “equilibrada”, “responsável” e “feliz”.

Os atributos negativos “desestruturada” e “carente” são os que mais caracterizam essas famílias na visão de ambos os grupos de participantes. O atributo carente pode estar associado às condições de pobreza e sugere a ideia de ausência, incapacidade e/ou falta de recursos. Já no que se refere ao atributo desestruturada, este é um estereótipo do senso comum sobre famílias em situação de risco, que não possuem um funcionamento ou organização adequada e/ou saudável devido a fatores internos e externos ao grupo familiar. Em alguns casos, o conceito de desestrutura familiar pode estar associado também a dificuldade em aceitar modelos e configurações familiares diferentes do nuclear tradicional (Amazonas, Damasceno, Terto, & Silva, 2003; Silveira & Yunes, 2010; Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2005).

O que pode ser observado é que a vinculação entre pobreza e “desestrutura” familiar foram naturalizados enquanto discurso social e é vista, de modo geral, como de extremo risco para a convivência familiar. Estas associações e estereótipos persistem até os dias atuais no imaginário social e fazem com que as famílias que se afastam do padrão de estabilidade emocional e financeira sejam vistas de forma negativa.

Os resultados demonstram que os participantes apresentam percepção acerca dos riscos contextuais e macrosociais a que estão expostas as famílias com filhos em acolhimento institucional. Não se pode negar que essas famílias possuem problemas e carências no seu funcionamento, os quais motivaram a retirada da criança ou adolescente do convívio familiar. O que pode ser preocupante, neste caso, é a “naturalização” dessa imagem negativa sobre as famílias, a partir de uma visão fatalista diante das possibilidades de superação das adversidades, em que a desestrutura é percebida como “normal” e consequência da condição de pobreza. Estes discursos podem afetar as interações sociais dos grupos familiares e reforçar a ideia de que é preferível a institucionalização que a permanência de crianças e adolescentes nas famílias pobres.

Na história da institucionalização no Brasil, esses foram elementos considerados importantes enquanto justificativa para a entrega dos filhos – muitas vezes pelos próprios pais - para as instituições, acreditando, eles próprios, em sua incapacidade para educar e possibilitar um desenvolvimento adequado aos filhos (Rizzini & Rizzini, 2004). Essa longa tradição de institucionalização dos filhos dos pobres ainda permanece no imaginário social e, por vezes, nas práticas das instituições, é considerada uma justificativa plausível para a retirada de crianças e adolescentes destas famílias (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014; Muller, 2014; Nunes, Lemos, Nunes, & Costa, 2013). Mesmo com as mudanças nas políticas públicas



brasileiras sobre proteção de crianças e adolescentes, que consideram que esses não são argumentos significativos para o acolhimento, ainda permanece essa lógica.

Destaca-se que atributos associados aos maus tratos, como “agressividade” e “negligência” não são os que melhor descrevem as famílias com filhos em instituição de acolhimento, na visão dos participantes desta pesquisa. No entanto, esses atributos são as principais justificativas legais para o acolhimento institucional de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) e considerados como fenômenos complexos que sinalizam a necessidade de medida de proteção. Além disso, podem indicar a necessidade de inserção das crianças e jovens em instituições de acolhimento, após excluídas outras possibilidades de inserção das crianças na família extensa.

Os resultados parecem indicar que a pobreza e a institucionalização estão associadas às ideias e práticas sociais historicamente construídas sobre a motivação para a retirada de crianças e adolescentes do ambiente familiar, e sugere ainda que esta ideia prevalece no imaginário social e nas práticas. Segundo resultados de um levantamento nacional de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento no Brasil, 3.150 crianças, quase 10% do total de crianças acolhidas, foram retiradas de sua família de origem pela carência material (condição de pobreza). Dessas, 875 têm a pobreza da família como o único motivo para a institucionalização (Constantino, Assis, & Mesquita, 2013).

As imagens negativas atribuídas pelos participantes da pesquisa às famílias com filhos em instituições de acolhimento reforçam o estereótipo de que as famílias funcionais são aquelas famílias que possuem uma organização familiar e condições socioeconômicas adequadas. Os estereótipos de “desestrutura” e “carência” podem sugerir que famílias fora do padrão estabelecido como “funcional” ou “normal” são incapazes e precisam da instituição de acolhimento para dar conta da sua função primordial de cuidado e proteção das crianças e jovens.

Na mesma direção, os participantes da pesquisa descrevem os atributos positivos “estruturada”, “equilibrada”, “estável financeiramente”, “responsável” e “feliz” como aqueles que menos caracterizam as famílias com filhos em instituição de acolhimento. Os resultados das análises evidenciam que as dificuldades e déficits das famílias são características que se destacam em comparação aos atributos positivos e/ou suas competências. Ou seja, para os participantes da pesquisa, as famílias com filhos em instituição de acolhimento seriam o contraponto de uma família considerada “ideal” no imaginário social.

Os resultados deste estudo revelam ainda que as pessoas que tiveram ou têm contato com jovens em situação de vulnerabilidade em comparação com as pessoas que nunca tiveram contato apresentam uma diferença estatisticamente significativa no que se refere ao atributo “afetada por drogas”. De acordo com alguns autores, o abuso de drogas é um dos agravantes sociais que têm resultado no acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Cavalcante et al., 2014; Constantino et al., 2013). De fato, no levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento (Constantino et al., 2013), a dependência química dos pais ou alcoolismo tem sido um dos principais motivos para o acolhimento institucional (17,7% dos casos). No sul do Brasil, o percentual aumenta, ganhando segundo lugar dentre os motivos para a institucionalização (24,5%). Tal constatação sugere que essas pessoas que tiveram ou têm contato com os jovens em situação de vulnerabilidade reconhecem as dificuldades contextuais enfrentadas pelas famílias com filhos em situação de acolhimento institucional e têm conhecimento sobre o uso e abuso de drogas nesse contexto. Por outro lado, percebe-se que o contato dessas pessoas com crianças e jovens vulneráveis pode ter fortalecido alguns estereótipos sociais acerca dessas famílias, já que esses participantes percebem as famílias de forma mais negativa do que aqueles que nunca tiveram contato com essa população.

Os resultados indicam que o contato com populações em situação de vulnerabilidade pode reforçar a ideia dos déficits, aumentando a visão pessimista de incapacidade em detrimento à ideia sobre as competências e possibilidades de superação das adversidades pelos grupos familiares. Nessa perspectiva, o contato ou relação das pessoas com famílias com filhos institucionalizados parece gerar uma visão focada nas ausências, carências e problemas vivenciados por esses grupos, e uma descrença frente às potencialidades e processos de superação na resolução dos problemas, no que se refere a resiliência familiar diante das adversidades relacionais e sociais.

Ao verificar-se o predomínio de imagens negativas, especialmente entre as pessoas que tiveram contato com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, a situação torna-se preocupante por tratar-se de profissionais que trabalham diretamente com estes grupos, pois essas imagens influenciam

comportamentos e atitudes das pessoas no atendimento a essa população. Outros estudos (Martins, 2014; Moré, 2014; Silveira & Yunes, 2010; Yunes et al., 2005) têm afirmado que o relacionamento de técnicos e profissionais que possuem contato com famílias e filhos em situação de acolhimento institucional deve ser pautado no respeito às diversidades, na confiança mútua, e na compreensão das dificuldades pelas quais essas famílias passam. Assim, muitos profissionais que trabalham com tais famílias, como no sistema judiciário, por exemplo, não consideram as particularidades das culturas e de funcionamento que são próprias a cada uma (Silveira & Yunes, 2010).

Os estereótipos construídos a partir dos discursos sociais podem “rotular” e “culpabilizar” as famílias pelas dificuldades vivenciadas, sem um olhar mais abrangente sobre as problemáticas sociais. A prevalência no discurso dos profissionais que trabalham com essas famílias sobre os déficits, problemas e “disfuncionalidades” desses grupos impede os sistemas (saúde, educação, assistência social, jurídico) de buscar soluções e perceber as competências que as famílias possuem para resolver os problemas. As relações pautadas na culpabilização e no reforço de estereótipos pode afetar a maneira como essas famílias se percebem, dificultando que elas possam reconhecer suas capacidades e competências para superar adversidades (Nunes et al., 2013; Souza & Ribeiro, 2005).

Considerações finais

As imagens sociais sobre família são influenciadas, entre outras coisas, por sentimentos e emoções relacionadas às experiências de cada um em sua própria família. Há expectativas que se debruçam em modelos ideais de família que não correspondem à realidade de muitas pessoas e, principalmente, das famílias com filhos em instituições de acolhimento (Martins, 2014).

Este estudo buscou analisar as imagens sociais atribuídas às famílias com um ou mais filhos em instituições de acolhimento por pessoas que têm ou tiveram contato com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoas que não têm ou nunca tiveram contato. Verificou-se que, no geral, existe a prevalência de estereótipos e atributos negativos em relação a essas famílias. A retirada dos filhos do ambiente familiar remete a uma ideia construída socialmente de que a família de origem dessas crianças e adolescentes institucionalizados possuem carências e caracteriza-se como desestruturada, instável e pouco funcional. Apesar de esses atributos corresponderem, de certa forma, à difícil realidade dessas famílias, a prevalência de uma visão negativa e fatalista sobre as possibilidades de superação das adversidades pode prejudicar as interações sociais e o processo de reinserção familiar de crianças e jovens em situação de acolhimento institucional.

A expectativa e insistência em resgatar um modelo ideal de organização e funcionamento pode dificultar o processo de (re)constituição dos vínculos familiares e aumentar o tempo de permanência dos jovens na instituição de acolhimento. Um exemplo da influência deste estereótipo é, por vezes, a insistência na tentativa de reinserção através da recomposição da família nuclear de origem, na figura de pai e mãe como os principais responsáveis, ao invés de vislumbrar outras potencialidades para a construção de vínculos que podem ser mais profícuos e protetivos, como o cuidado dos irmãos mais velhos ou de outros membros da família extensa.

É fato que as famílias que possuem filhos em instituições de acolhimento falharam de alguma forma – salvo as que tiveram seus filhos retirados apenas pela carência econômica. Estudo revelou que dentre as 36.929 crianças acolhidas em várias instituições de acolhimento do Brasil, os principais motivos para o acolhimento foram a negligência e abandono familiar (Constantino et al., 2013). Para além de entender os motivos do acolhimento, torna-se essencial compreender e analisar as necessidades das famílias em uma perspectiva ampla.

Cabe destacar que os estereótipos podem reforçar o foco sobre os déficits do grupo familiar. Quando se trata da relação dos técnicos que trabalham com famílias que possuem filhos em instituição de acolhimento, é importante que esses profissionais possam problematizar determinados estereótipos e possam ter um olhar sobre as condições concretas de vida, os vínculos e interações do grupo e buscar as competências dessas famílias, a fim de que a reinserção das crianças e jovens no ambiente familiar seja possível (Souza & Ribeiro, 2005). O olhar apenas para as dificuldades e problemas produz efeitos nocivos sobre a relação dos profissionais e da sociedade de modo geral com as famílias. Os prejuízos podem ter incidência direta na aproximação entre os profissionais e as famílias e no suporte da rede social, o que pode apresentar como consequências a diminuição das possibilidades de assistência, dos processos de reinserção e resiliência familiar e o aumento da percepção de incapacidade por parte das famílias (Cardoso & Féres-



Carneiro, 2008; Souza & Ribeiro, 2005). As constatações de estereótipos sociais sobre as famílias com filhos em instituição de acolhimento e a sistematização destas informações podem colaborar para subsidiar a formulação de políticas públicas de formação continuada dos profissionais que atuam diretamente com essas populações, bem como de intervenções comunitárias para a construção de uma rede de apoio local que promova o desenvolvimento saudável e a resiliência familiar.

Referências

- Amaro, F. (2014). *Sociologia da família*. Lisboa: Edições Pactor.
- Amazonas, M. C., Damasceno, P., Terto, L., & Silva, R. (2003). Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8, 11-20. doi: 10.1590/S1413-73722003000300003
- Bardin. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Brito, C., Rosa, E., & Trindade, Z. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413. doi: 10.9788/TP2014.2-11
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (Tradução Veronese, M. A. V.) Porto Alegre, Artes Médicas.
- Bullock, H. E. (1999). Attributions for poverty: a comparison of middle-class and welfare recipient attitudes. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(10), 2059-2082. doi: 10.1111/j.1559-1816.1999.tb02295.x
- Cardoso, C., & Féres-Carneiro, T. (2008). Sobre a família: Com a palavra, a comunidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(2), 523-539.
- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Reis, D. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99. doi: 10.15448/1980-8623.2014.1.13180
- Constantino, P., Assis, S., & Mesquita, V. (2013). Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In S. Assis, & L. Farias (Eds.), *Levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento* (pp. 161-220). São Paulo: Hucited.
- Costa, L., & Penso, M. A. (2014). A compreensão da família como sistema. In L. Costa, M. Penso, & M. I. Conceição (Eds.), *Abordagem à família no contexto do conselho tutelar* (pp. 49-59). São Paulo: Ágora.
- Cozzarelli, C., Wilkinson, A.V., & Tagler, M. J. (2001). Attitudes toward the poor and attributions for poverty. *Journal of Social Issues*, 57(2), 207-227. doi: 10.1111/0022-4537.00209
- De Antoni, C., Barone, L. R., & Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125-132. doi: 10.1590/S0102-37722007000200002
- Domingues, A. L. (2013). *Imagens associadas às famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Diário Oficial da União. *Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília: Palácio do Planalto.
- Fonseca, C. (2005). Concepção de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Revista Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59. doi: 10.1590/S0104-12902005000200006
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Uma análise sobre a situação da pessoa estigmatizada*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Martins, S. (2014). Diferentes olhares para a família de crianças e adolescentes. In L. Costa, M. Penso, & M. I. Conceição (Eds.), *Abordagem à família no contexto do conselho tutelar* (pp. 71-82). São Paulo: Ágora.
- Moré, C. L. (2014). A escuta e a rede de apoio à família em situação de violência. In L. Costa, M. Penso, & M. I. Conceição (Eds.), *Abordagem à família no contexto do conselho tutelar*. (pp. 109-119). São Paulo: Ágora.
- Muller, F. (2014). Perspectivas de crianças acolhidas institucionalmente sobre suas famílias de origem. *Linhas Críticas*, 20(41), 125-145.
- Nascimento, M. L. (2012). Abrigo, pobreza e negligência. *Psicologia & Sociedade*, 24, 39-44.

- Nunes, C., Lemos, I., Nunes, L., & Costa, D. (2013). Acontecimentos de vida estressantes e apoio social em famílias de risco psicossocial. *Psicologia, Saúde e Doenças, 14*(2), 313-320.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Loyola.
- Scheinvar, E. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 58*(1), 48-57.
- Silveira, S., & Yunes, M. A. (2010). Interações do ambiente judiciário e famílias pobres: Risco ou proteção às relações familiares? *Psicologia em Revista, 16*(1), 180-198. doi: 10.5752/P.1678-9563.2010V16N1P180
- Singly, F. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. (trad. C. E. Peixoto). Rio de Janeiro: FGV.
- Souza, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção de famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia, 19*, 169-191.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia, 19*, 221-229.
- Wagner, A., & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: Um desafio frente à diversidade. *Revista Textos & Contextos, 7*(1), 88-97.
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Revista Psicologia: Reflexão & Crítica, 20*(3), 444-453. doi: 10.1590/S0102-79722007000300012
- Yunes, M. A. M., Mendes, N., & Albuquerque, B. M. (2005). Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. *Texto & Contexto Enfermagem, 14*, 24-31. doi: 10.1590/S0104-07072005000500003

Received: 06/03/2016
Accepted: 09/04/2016